	(em euros)		
	30 de Setembro de 2007		30 de Setembro de 2006
	Antes Prov. Imp. Amort.	Prov. Imp. Amort.	Valor líquido
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400 066
Crédito a clientes	82 781 154 (	48 580)	29 656 939
Outros activos tangíveis	1 618 234 (	216 222)	482 294
Activos intangíveis	1 083 340 (	165 800)	332 630
Activos por impostos correntes	7 843	-	3 230
Activos por impostos diferidos	1 640 845	-	1 049 275
Outros activos	389 496	-	167 149
<i>Total do activo</i>	<u>91 457 110</u> (	<u>430 602)</u>	<u>32 097 747</u>
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			4 503 578
Provisões			313 344
Passivos por impostos correntes			12 404
Outros passivos			525 548
<i>Total do passivo</i>			<u>5 354 874</u>
Capital próprio			
Capital			30 000 000
Outras reservas e resultados transitados			(1 998 510)
Resultado do exercício			(1 258 617)
<i>Total do capital próprio</i>			<u>26 742 873</u>
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>			<u>32 097 747</u>

30 de Setembro de 2007.—O Conselho de Administração: *João Cunha Rosa—Gonçalo Gomes Conceição*.—O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Vidal Ferreira*.

2611069335

FAPCONDE — FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO CONCELHO DE VILA DO CONDE

Anúncio n.º 8583/2007

Alteração dos estatutos

Na sequência do controlo de legalidade realizado pelo Ministério Público, a Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Vila do Conde procedeu à alteração dos seus estatutos, os quais passam a ter a redacção seguinte:

CAPÍTULO I

Da Federação

ARTIGO 1.º

Denominação

A Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Vila do Conde, também designada por FAPCONDE, rege-se pelos presentes estatutos e demais regulamentos aprovados em Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

Duração e sede

A FAPCONDE tem duração por tempo indeterminado e sede na Escola do Ensino Básico número um de Vila do Conde, em Vila do Conde.

ARTIGO 3.º

Natureza

A FAPCONDE exercerá as suas actividades independente de quaisquer ideologias, políticas ou religiosas, respeitando as diversas correntes de opinião e de direito, em especial no que se refere à educação, juventude, ciência e cultura.

A FAPCONDE não tem fins lucrativos e salvaguardará a sua independência em relação a quaisquer organizações públicas ou privadas, nacionais, supranacionais ou estrangeiras.

A FAPCONDE exercerá a sua actividade através de uma colaboração efectiva com todos os intervenientes no processo educativo.

ARTIGO 4.º

Âmbito

A FAPCONDE abrange todas as Associações de Pais e Encarregados de Educação constituídas ao abrigo da lei, no âmbito dos estabelecimentos de educação pré-escolar, do ensino básico e secundário, oficial, particular ou cooperativo que se situem no concelho de Vila do Conde, subscrevam os presentes estatutos e nela se associem.

ARTIGO 5.º

Objecto

A FAPCONDE tem por objecto criar condições para a constituição de Associações de Pais e Encarregados de Educação, bem como apoiar, dinamizar, congregar e representar, a nível concelhio, nacional e internacional, as suas associadas, promovendo acções que contribuam para a melhoria da qualidade do sistema educativo.

ARTIGO 6.º

Objectivos

A FAPCONDE tem por objectivos:

Representar as suas associadas, sempre no respeito pela autonomia de cada uma;

Incentivar a criação de associações de pais e encarregados de educação, através de acções junto destes, sensibilizando-os para as questões do ensino e da educação;

Intervir no sentido de defender os interesses culturais, morais e físicos dos educandos, fomentando a colaboração permanente entre todas as estruturas intervenientes no processo educativo;

Intervir, como parceiro social, junto das autoridades, da autarquia e demais instituições, de modo a possibilitar o exercício dos direitos, e

facilitar o cumprimento dos deveres, que cabem aos Pais e Encarregados de Educação;

Pugnar pela dignificação e qualidade do ensino, bem como pela igualdade de oportunidades no seu acesso, defendendo a autonomia escolar e a co-responsabilização dos encarregados de educação na sua gestão;

Contribuir e participar activamente na definição de uma política de educação e juventude, de acordo com o consagrado na Constituição da República;

Promover o esclarecimento de Pais e Encarregados de Educação, enquanto membros da comunidade educativa, habilitando-os ao cabal desempenho da sua missão nos órgãos de gestão da escola;

Fomentar actividades de carácter pedagógico, cultural e social quer no âmbito do movimento associativo de pais e encarregados de educação, quer no âmbito da ocupação de tempos livres;

Criar condições para a celebração de parcerias de âmbito cultural, científico e profissional;

CAPÍTULO II

Dos Associados

ARTIGO 7.º

Qualidade

A FAPCONDE tem duas categorias de associados:

Efectivos;
Honorários.

Podem ser sócios efectivos as Associações de Pais e Encarregados de Educação referidas no artigo 4.º

Podem ser sócios honorários, pessoas singulares ou colectivas que tenham tido participação relevante no movimento associativo de pais ou que tenham prestado serviços de significativa importância ao sistema educativo.

ARTIGO 8.º

Admissão

As Associações de Pais e Encarregados de Educação referidas no artigo 4.º, que queiram associar-se na FAPCONDE deverão solicitá-lo por escrito, anexando os respectivos estatutos e comprovativo da sua constituição ao abrigo da legislação em vigor.

A admissão das associadas é da competência da Comissão Coordenadora, havendo recurso para a Assembleia Geral, em caso de recusa do pedido.

ARTIGO 9.º

Designação dos sócios honorários

Compete à Assembleia Geral atribuir o título de sócio honorário sob proposta devidamente fundamentada da Comissão Coordenadora, ou de qualquer associado efectivo, no pleno gozo dos seus direitos sociais.

ARTIGO 10.º

Direitos

São direitos dos sócios efectivos:

Participar nas Assembleias Gerais;
Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
Beneficiar do apoio e das actividades da FAPCONDE.

Ser representados quer pela FAPCONDE, quer por outras organizações de que esta faça parte;

Recorrer para a Assembleia Geral, dos actos dos órgãos sociais contrários aos Estatutos, à lei ou ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação;

Ser mantido ao corrente das actividades da FAPCONDE.

São direitos dos sócios honorários:
Participar nas Assembleias Gerais, ainda que sem direito a voto;
Ser indicado para o Conselho Consultivo;
Beneficiar do apoio e dos serviços da FAPCONDE;
Ser mantido ao corrente das actividades da FAPCONDE.

ARTIGO 11.º

Deveres

São deveres das associadas:

Cumprir as disposições estatutárias e regulamentares;
Colaborar nas actividades da FAPCONDE, contribuindo para a realização dos seus objectivos e prestígio da sua actuação;
Exercer com lealdade e zelo os cargos para que forem eleitos.
Cumprir as resoluções dos órgãos sociais da FAPCONDE.

Pagar pontualmente a quotização fixada em Assembleia Geral;
Não utilizar as actividades da FAPCONDE em benefício pessoal;
Comparecer nas Assembleias Gerais extraordinárias por si solicitadas;
Propor e dinamizar actividades a realizar pela FAPCONDE.

ARTIGO 12.º

Qualidade

Os direitos dos associados adquirem-se com a sua admissão e após pagamento da respectiva quotização anual.

O exercício dos direitos de associado depende do cumprimento dos deveres previstos nos presentes estatutos.

ARTIGO 13.º

Demissão

Perdem a qualidade de membros, as Associações que se dissolverem e as que se demitam e notifiquem a Federação por carta registada com aviso de recepção, à mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 14.º

Sanções

O não cumprimento de qualquer dos deveres expressos nos presentes estatutos é passível de sanção disciplinar, que poderá ser uma das seguintes penalidades:

Repreensão registada;
Suspensão por tempo indeterminado
Exclusão;

A aplicação de qualquer pena terá de ser precedida de processo disciplinar escrito, a cargo de uma comissão constituída pelo presidente de cada um dos órgãos sociais, que liderará o processo até à realização da Assembleia Geral, à qual compete tomar a decisão final. Caso o visado seja presidente de um dos órgãos sociais, terá de ser substituído, nesta comissão, por outro elemento na linha hierárquica descendente;

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

ARTIGO 15.º

Órgãos Sociais

São órgãos sociais da FAPCONDE:

A Assembleia Geral;
A Comissão Coordenadora;
O Conselho Fiscal.

Os órgãos sociais são eleitos em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.

O exercício dos cargos nos órgãos sociais não será remunerado.

ARTIGO 16.º

Responsabilidade

Os membros dos órgãos sociais são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas pelo órgão a que pertencem, excepto se fizerem constar da acta da reunião, o seu voto de vencido.

ARTIGO 17.º

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por todas as associadas, no pleno exercício dos seus direitos sociais e as suas decisões são vinculativas à Assembleia Geral compete nomeadamente:

Eleger e destituir a Mesa da Assembleia Geral, a Comissão Coordenadora e o Conselho Fiscal;
Aprovar o Plano de actividades e o Orçamento;
Apreciar e votar as propostas de alteração dos estatutos e a criação ou alteração de quaisquer regulamentos.

Discutir e aprovar o Relatório e Contas Anuais;
Ratificar as deliberações da Comissão Coordenadora sobre formas de associação ou cooperação com organizações congéneres.

Deliberar sobre os recursos nos termos do n.º 2 do artigo 8.º dos presentes estatutos;

Aplicar as sanções previstas no Artigoº 14;

Atribuir o título de sócio honorário, nos termos do artigo 9.º, por maioria de três quartos dos associados presentes;

Fixar a quota anual a suportar pelas associadas.
Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei e pelos estatutos e as que não sejam da competência de outros órgãos sociais.

ARTIGO 18.º

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

A competência dos membros da Mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

Presidente:

Convocar, presidir e dirigir a Assembleia Geral;

Assinar as actas das sessões e rubricar os livros;

Vice-Presidente:

Substituir e coadjuvar o presidente nas suas ausências ou impedimentos;

Secretário:

Coadjuvar o Presidente na direcção dos trabalhos;

Elaborar as actas das sessões e assiná-las com o Presidente;

Ocupar-se do expediente a que as sessões derem lugar, nomeadamente o envio de cópia das actas, a todos os associados efectivos, no prazo máximo de 20 dias;

ARTIGO 19.º

Funcionamento da Assembleia Geral

A Assembleia Geral reunirá ordinariamente duas vezes por ano escolar, ocorrendo a eleição dos corpos sociais na Assembleia Geral do 1.º período, cuja realização deve ocorrer até ao final do mês de Novembro.

Reunirá extraordinariamente por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por proposta da Comissão Coordenadora ou Conselho Fiscal ou, ainda, sob requerimento de um grupo mínimo de 10% de sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais, em número mínimo de 5 sócios;

Quando a requerimento de associados deverá indicar expressamente o objectivo da reunião e o seu funcionamento implica a presença de, pelo menos, dois terços dos requerentes;

A convocatória será feita por carta, com antecedência mínima de oito dias.

A Assembleia Geral só pode funcionar, em primeira convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, metade mais um do número total de sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais;

Não se verificando as presenças referidas no número antecedente, a Assembleia Geral funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira, com qualquer número de associados;

As deliberações são tomadas por maioria simples de votos, cabendo um voto a cada associado efectivo, no pleno gozo dos seus direitos sociais;

Para a revisão de estatutos é necessário um quórum mínimo de 25% da totalidade de associados efectivos e a votação favorável de três quartos das associadas presentes;

Para a dissolução da FAPCONDE é necessária a votação favorável de três quartos de todos os sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais;

ARTIGO 20.º

Comissão Coordenadora

A Comissão Coordenadora é o órgão dinamizador e de gestão da FAPCONDE e é constituída por um mínimo de cinco membros que são: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e restantes vogais.

A Comissão Coordenadora reunirá, pelo menos, uma vez por mês e as suas deliberações são tomadas por maioria, cabendo ao presidente voto de qualidade em caso de empate.

As atribuições da Comissão Coordenadora são:

Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

Elaborar o Plano de Actividades, o Orçamento e os Relatórios Anuais;

Admitir Associados;

Orientar e executar a actividade da FAPCONDE, de acordo com as linhas gerais definidas pela Assembleia Geral;

Constituir comissões, permanentes ou eventuais, convidando para nelas participar associados e ou pessoas individuais ou colectivas exteriores à FAPCONDE, definindo-lhes os objectivos e atribuições e aprovando os respectivos regulamentos;

Organizar e dirigir os serviços da FAPCONDE, admitir e dispensar pessoal, a título permanente ou eventual, e contratar prestações de serviços de quaisquer pessoas ou organizações, cuja colaboração entenda estritamente necessária;

Propor à Assembleia Geral a atribuição da qualidade de sócio honorário;

Convocar as reuniões plenárias

Compete, especialmente, ao presidente da Comissão Coordenadora: Coordenar a actividade da comissão e convocar as respectivas reuniões; Representar a FAPCONDE de acordo com as orientações e decisões da Comissão Coordenadora;

Compete, especialmente, ao vice-presidente coadjuvar e substituir o presidente, nas suas ausências ou impedimentos.

Compete, especialmente, ao secretário elaborar as actas, que depois de aprovadas, deverão ser assinadas por todos os membros presentes

Compete, especialmente, ao tesoureiro estruturar e manter em bom funcionamento o sector financeiro, mantendo a respectiva contabilidade actualizada de modo a expressar correctamente a situação económica ou financeira da Federação;

O presidente, em reunião da comissão coordenadora, pode delegar em um, ou mais, elementos desta comissão parte da competência que lhe é atribuída exarando acta para o efeito.

ARTIGO 21.º

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais.

As atribuições do Conselho Fiscal são:

Dar parecer sobre o relatório e contas anuais, o orçamento e qualquer outro assunto de carácter financeiro que lhe seja colocado pelos outros órgãos sociais;

Verificar as contas sempre que o entenda necessário;

Fiscalizar a escrituração e exigir que ela esteja sempre em ordem, de modo a reflectir permanentemente a situação da Federação;

Verificar a legalidade e conformidade estatutária das despesas efectuadas

O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente a pedido de qualquer dos seus membros, da Assembleia Geral ou da Comissão Coordenadora;

Qualquer membro do Conselho Fiscal poderá participar nas reuniões da comissão coordenadora, sem direito a voto, para intervir na discussão de assuntos da área da sua competência.

ARTIGO 22.º

Reuniões plenárias

São reuniões plenárias aquelas em que participam todos os órgãos sociais.

Realizam-se uma vez por período juntamente com a reunião ordinária da Comissão Coordenadora, a pedido desta.

ARTIGO 23.º

Receitas

Além da quotização das associadas, as receitas da FAPCONDE compreendem as doações, subvenções, subsídios e quaisquer outros fundos que eventualmente lhes sejam atribuídos.

ARTIGO 24.º

Forma de obrigar

A FAPCONDE obriga-se: Para movimento da conta bancária, através de duas assinaturas conjuntas, sendo uma de um elemento do grupo A e outra de um elemento do grupo B, mas nunca podendo verificar-se simultaneidade de assinaturas de elementos do mesmo grupo:

GRUPO A. Presidente e Vice-presidente;

GRUPO B Tesoureiro, Secretário e Vogal.

ARTIGO 25.º

Eleições

Os órgãos sociais da FAPCONDE são eleitos para um mandato de dois anos, por escrutínio directo e secreto, em Assembleia Geral que deve ser realizada até ao final do mês de Novembro, sendo que excepcionalmente o primeiro mandato terá a duração de três anos.

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até dois dias antes da data de realização da mesma.

Quando não ocorrer a apresentação de qualquer lista, esta poderá ser estabelecida, por consenso, na Assembleia Geral.

Cada lista deverá abranger os três órgãos sociais, com indicação dos respectivos cargos e, pelo menos, um suplente em cada órgão, sendo eleita aquela que obtiver o maior número de votos.

Os membros candidatos aos Órgãos Sociais terão de ser representantes de Associações de Pais e Encarregados de Educação que tenham filhos ou educandos a frequentar estabelecimentos de educação pré-escolar, do ensino básico ou secundário, no concelho de Vila do Conde

No caso de o número de vacaturas de qualquer órgão originar a falta do respectivo quórum, proceder-se-á a nova eleição desse órgão nos 30 dias subsequentes à ocorrência das vacaturas, para completar o mandato.

Os órgãos sociais cessantes continuarão em funções até à tomada de posse dos recém-eleitos, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias após a eleição.

ARTIGO 26.º

Demissão e perda de mandato

As faltas, não justificadas, implicam a perda do respectivo mandato, quando o seu número atingir as cinco por ano lectivo.

No caso de perda de mandato e ou pedido de demissão, os membros dos Órgãos Sociais serão substituídos pelos suplentes apresentados nas listas a sufrágio e pela respectiva ordem.

No caso de esta substituição não se poder efectuar, os órgãos sociais mantêm-se em funções, desde que a sua composição mantenha o respectivo quórum, caso contrário proceder-se-á de acordo com o número 6 do artigo 25.º

ARTIGO 27.º

Destituição

Os elementos dos órgãos sociais, individualmente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que ocorra motivo grave para o bom nome da FAPCONDE ou do Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação.

A destituição, nos termos do número anterior, só poderá ter lugar em Assembleia Geral expressamente convocada para apreciação da gravidade do motivo e, para ser válida, necessita de obter o voto favorável de, pelo menos, três quartos dos membros efectivos presentes.

Se essa destituição implicar a perda de quórum da comissão coordenadora, a assembleia designará imediatamente uma comissão administrativa composta, no mínimo, por cinco elementos, à qual competirá a gestão corrente da FAPCONDE até à realização de novas eleições que terão lugar dentro do prazo estipulado no número 6 do artigo 25.º

CAPÍTULO IV

Do conselho consultivo

ARTIGO 28.º

Composição

O Conselho Consultivo é um órgão de consulta e apoio da Comissão Coordenadora, composto pelos representantes das Associações de Pais no Conselho Municipal de Educação, no Conselho Municipal de Segurança, e na CPCJ.

Além dos elementos referidos no número anterior poderá ter mais, um máximo, de 5 elementos, a indicar pela comissão coordenadora de entre:

Membros de Associações de Pais do Concelho, ou pessoas individuais que nelas se tenham distinguido;

Sócios honorários;

Professores e outros agentes educativos;

Membros das Autarquias e ou de outras instituições do Concelho.

Quando os representantes referidos no número um forem membros dos órgãos sociais da federação, deverão ser substituídos por igual número de elementos, a indicar pela Comissão coordenadora, de entre os referidos no número anterior.

ARTIGO 29.º

Competência

Compete ao Conselho Consultivo, dar contributos, à Comissão Coordenadora, sobre todos os assuntos que por esta lhe forem submetidos, bem como apresentar, por sua própria iniciativa, quaisquer recomendações ou sugestões que considere apropriadas, ainda que sem força deliberativa ou decisiva.

ARTIGO 30.º

Funcionamento

O Conselho Consultivo tem mandato igual aos Órgãos Sociais, reunindo quando solicitado pela Comissão Coordenadora, ou por convocatória subscrita por um terço dos seus membros.

CAPÍTULO V

Disposições finais

ARTIGO 31.º

Actas²

Das reuniões de qualquer órgão social da FAPCONDE ou comissão especializada é sempre lavrada acta em livro próprio, ou em *dossier* organizado.

ARTIGO 32.º

Recursos

Sem prejuízo do estipulado nos presentes estatutos, caberá sempre recurso para a Assembleia Geral, das decisões dos outros órgãos sociais, para além das da própria mesa.

ARTIGO 33.º

Dissolução e liquidação

A Assembleia Geral que delibere a dissolução da FAPCONDE, nos termos do número 9 do artigo 19.º, decidirá sobre a forma e prazo de liquidação, bem como o destino a dar aos bens que constituem o seu património, devendo o mesmo ser doado a instituições sem fins lucrativos, com sede no Concelho de Vila do Conde.

Na mesma reunião será designada uma comissão liquidatária que passará a representar a FAPCONDE em todos os actos exigidos pela liquidação.

ARTIGO 34.º

Vigência

Os presentes estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Geral, no entanto, só produzem efeitos em relação a terceiros após publicação nos termos da lei.

A sua publicação deve ser requerida no prazo máximo de 30 dias após a realização da Assembleia.

Ficam revogadas todas as disposições ou normas que contrariem o estabelecido nos presentes estatutos

ARTIGO 35.º

Casos Omissos

Aos casos omissos nos presentes estatutos, sem prejuízo de usos, costumes ou acordos que sejam mais favoráveis, aplicar-se-á o estabelecido na lei.

28 de Novembro de 2007. — O Secretário-Geral, *João S. Batista*.
2611069332

SOCIEDADE MUSICAL TRÊS DE AGOSTO DE MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO

Rectificação n.º 2154/2007

Maria Helena Varandas Afonso Nogueira, notária no concelho de Lisboa, com cartório na Avenida D. João II, lote 4.53.01, loja 4, Parque das Nações, certifica para efeitos de publicação, que por escritura de quatro de Maio de dois mil e sete, lavrada de folhas 83 a folhas 84 do livro 67-A das notas deste cartório, foi rectificado o artigo 7.º dos Estatutos da identificada associação constantes do documento complementar que faz parte integrante da indicada escritura, no sentido de ficar a constar:

Artigo sétimo

A Associação durará por tempo indeterminado mas, no caso de se dissolver pelos motivos constantes na lei, reverterá o seu património a favor dos sócios efectivos, ou de uma instituição a designar pela Assembleia geral, que nomeará a Comissão Liquidatária, excepto quanto aos bens que tenham sido doados à associação, deixados à mesma com qualquer encargo ou que estejam afectos a um determinado fim, cujo destino, em caso de extinção da associação será o previsto no número 1 do artigo 166.º do Código Civil.

Está conforme.

4 de Maio de 2007. — A Notária, *Maria Helena Varandas Afonso Nogueira*.

2611069197